

Ampliado prazo para acordo com bancos credores

O prazo fatal para o início efetivo do acordo entre o Brasil e os bancos privados estrangeiros foi adiado ontem, de 28 de fevereiro do ano que vem para o dia 15 de abril. Segundo o presidente do Banco Central, Pedro Malan, o Brasil pediu adiamento ao Comitê de Bancos Credores, temendo não ter um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) até o dia 23 de janeiro, data em que o País deveria anunciar, em definitivo, a data da troca dos títulos antigos da dívida pelos novos bônus de 30 anos. Malan explicou que o acordo com o FMI pode atrasar, porque a crise no Congresso está atrapalhando a revisão constitucional e a discussão do orçamento de 1994, sem os quais é impossível obter o ajuste fiscal exigido pelo fundo.

Uma nova missão do FMI está sendo esperada a partir do dia 15 próximo, segundo Malan. Mas as negociações com o governo não deverão ser fáceis, uma vez que várias medidas de ajuste da economia dependem do Congresso. "Achamos arriscado apostar num acordo para janeiro", disse Malan.

Este é o terceiro adiamento da data-limite para a troca dos títulos, que marcará o início efetivo do acordo de US\$ 35 bilhões. O prazo fatal previsto na minuta do acordo era de 30 de julho deste ano, adiado depois para 30 de novembro e, em seguida, para 28 de fevereiro — sempre em função das dificuldades do País em fazer o seu ajuste fiscal. Conforme Malan, o Brasil pediu um adiamento de apenas 30 dias, mas o comitê achou melhor estender o prazo fatal por mais quinze dias em função de problemas que seriam criados para os bancos japoneses, obrigados a fechar seus balanços até 31 de março.

Além da falta de um acordo com o FMI, paira ainda no ar o impasse criado pelo grupo norte-americano Dart, que detém 4% da dívida em renegociação e que se recusa a refinanciar seus créditos dentro das mesmas regras aceitas pelos demais credores.